

Paisagens da produção: memórias em disputa no território metropolitano de Campinas

Landscapes of Production: memories in dispute in the metropolitan territory of Campinas

Maria Cristina da Silva Schicchi

Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq nível 2. Arquiteta e urbanista. Doutora pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora junto ao Programa Oficial de Postgrado de la Universidad de Sevilla. Pesquisadora principal da FAPESP, da CAPES e do CNPq. É líder do grupo de pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial. É membro da rede Laboratorio Americano de los Paisajes Históricos de la Producción (APPLab); Membro associada do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-BRASIL); da Association of Critical Heritage Studies (ACHS) e membro fundadora da Associação Ibero-Americana de História Urbana (AIHU). Foi Editora-chefe da Revista OCULUM ENSAIOS - PUC-Campinas (de 2014 a 2019). Foi Secretária Executiva da ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (gestão 2015-2016). E-mail: cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4267-2601>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 12, n. 2, p. 1-24, julho-dezembro, 2023 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2023.v12i2.4951>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

Estudando as cidades médias e pequenas da Região Metropolitana de Campinas (RMC), no território definido indistintamente como periferia, revelaram-se contornos específicos: o periurbano e o suburbano, onde novas e tradicionais práticas sociais se entrelaçam. Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese de que a compreensão de conjuntos de cidades alinhadas por vetores de expansão metropolitana permitiria novas perspectivas para a discussão dos “patrimônios dispersos” da região. A heterogeneidade do território formado por cada vetor tornou-se uma característica importante - tema comum a outras regiões metropolitanas do país - com aspectos compartilhados (história, referências culturais, festas e festivais), conformações espaciais similares (subcentralidades, vazios, condomínios fechados, assentamentos, bairros rurais), formação sociocultural semelhante (imigrantes, comunidade negra, migrantes, refugiados, sitiantes) e uma mesma lógica de inter-relação induzida por eixos históricos de estruturação do território, como rios, ferrovias e caminhos. Partindo de uma base teórico-metodológica própria, procurou-se mapear as inter-relações socioculturais e suas projeções no território da RMC, com especial atenção às paisagens formadas a partir dos sucessivos ciclos socioeconômicos regionais vinculados à implementação dos eixos ferroviários. O entendimento dos patrimônios dispersos no território como parte dessas “paisagens menores” formadas sob a mesma base histórico-cultural, exigiu uma nova interpretação do conjunto de remanescentes como paisagens históricas da produção. Este artigo apresenta os resultados do estudo de dois dos vetores de conformação do território da RMC, com recorte temporal a partir do final do século XIX, quando se conformaram os primeiros núcleos de fixação de operários, com a criação dos núcleos coloniais. O método adotado foi o histórico-crítico, com pesquisa bibliográfica e documental; empírico, com estudos de campo e cruzamento de dados (mapeamentos, gráficos, fotografias, legislação) e entrevistas com agentes, gestores e representantes de grupos locais. Concluiu-se que é necessária uma revisão das atuais unidades de gestão territorial e dos instrumentos de preservação existentes, em geral, voltados para a proteção de contextos homogêneos e contíguos, para que seja possível elaborar políticas culturais e patrimoniais em nível regional.

Palavras-chave: identidade; periferia histórica; território metropolitano; paisagem da produção; Campinas.

Abstract

Studying the medium and small cities of the Metropolitan Region of Campinas (RMC), in the territory indistinctly defined as periphery, specific contours were revealed: the peri-urban and the suburban, where new and traditional social practices intertwine. The research results confirmed the hypothesis that understanding sets of cities aligned by vectors of metropolitan expansion would allow open new perspectives for the discussion of the region's “dispersed heritages”. The heterogeneity of the territory formed by each vector has become an important characteristic - a theme common to other metropolitan regions in the country - with shared aspects (history, cultural references, festivities and festivals), similar spatial configurations (subcentralities, voids, gated communities, settlements, rural neighborhoods), similar sociocultural formation (immigrants, black community, migrants, refugees, besiegers) and the same logic of interrelationship induced by historical structuring axes of the territory, such as rivers, railways and paths. Starting from its own theoretical-methodological basis, we sought to map sociocultural interrelations and their projections in the MRC territory, with special attention to the landscapes formed from successive regional socioeconomic cycles linked to the implementation of railway axes. Understanding the heritage sites dispersed throughout the

territory as part of these “minor landscapes” formed under the same historical-cultural basis required a new interpretation of the set of cultural assets as historical production landscapes. This article presents the results of the study of two of the vectors of formation of the MRC territory, with a time frame starting at the end of the 19th century, when the first settlement centers for workers were formed, with the creation of colonial centers. The method adopted was historical-critical, with bibliographic and documentary research; empirical, with field studies and data crossing (mappings, graphs, photographs, legislation) and interviews with agents, managers and representatives of local groups. It concluded that a review of current territorial management units and existing preservation instruments, in general, aimed at protecting homogeneous and contiguous contexts, is necessary, to enable the development of cultural and heritage policies at a regional level.

Keywords: identity; historical periphery; metropolitan territory; production landscape; Campinas.

1 Introdução

A paisagem é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade. Com frequência, o que observamos como paisagem - aquilo que é construído, escondido e que resiste - é uma paisagem do poder (ZUKIN, 2000, p. 106).

Estudar os contextos metropolitanos é uma tarefa difícil, mas necessária, visto que há pouca literatura que trata conjuntos de cidades agregadas e que, conforme pretende-se demonstrar, compartilham não apenas a gênese e transformação de seu território, nos sucessivos períodos de produção, mas também as mudanças no modo de vida, responsáveis pela sincronia de experiências cotidianas e de memórias continuamente recriadas, nos deslocamentos pelos eixos de transporte, em um viver entre cidades.

Se, como afirma Hatuca “o reconhecimento da natureza mutável da memória definiu relacionamentos novos (e complexos) entre lugar, narrativas e práticas espaciais nas cidades do mundo inteiro” - tornando-se ela mesma um produto de consumo que é experimentado no acesso ao lugar - a memória coletiva, principalmente tratando-se de territórios metropolitanos, tornou-se um material maleável, mais representativa do poder e influência social, política e cultural de determinados grupos e, portanto, objeto de disputa, em que o espaço físico desempenha papel decisivo (HATUCA, 2017, p. 50).

Assim, este artigo buscou investigar aspectos pouco considerados nas análises macroeconômicas e territoriais, centrando-se nas inter-relações socioculturais e nas referências culturais (materiais e imateriais) construídas ou imaginadas, que permanecem no território e na memória dos habitantes da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Segundo Hatuca (2017), as práticas espaciais que enfocam a memória não são fenômenos novos e, do ponto de vista físico, a criação de marcos e monumentos em todas as cidades, ao longo da história, foi a base de apoio da construção da narrativa dos lugares e da formação da unidade social e política da população. No mesmo sentido, as mudanças nos discursos dos diferentes grupos e comunidades formados num mesmo território, como no caso da região de Campinas, transformaram os mapas de memórias das cidades em instrumentos de luta social, de poder.

Entretanto, a ampliação do campo de discussão do patrimônio cultural a partir da abordagem territorial é mais recente.

Nos últimos vinte anos, construiu-se certo consenso de que o âmbito mais adequado para enquadrar o conjunto de bens materiais e imateriais era a paisagem cultural. Após tornar-se uma categoria mundial da UNESCO, em 1992 e do impulso dado pela publicação, em 2009, da Portaria nº 127 do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) - que instituiu a denominação de Paisagem Cultural Brasileira (GOVERNO, 2009) - a discussão não avançou muito, dada a dificuldade de se definir instrumentos adequados e passíveis de serem aplicados no âmbito do planejamento e gestão de paisagens que extrapolem a esfera municipal.

A natureza dos bens de interesse cultural encontrados e as necessárias inter-relações sociais no território da RMC, deixaram evidente a dificuldade de adoção pela pesquisa dos métodos tradicionais de identificação e preservação, já que os objetos de interesse cultural não se adequavam aos critérios para tombamento. Trata-se de região constituída por muitos municípios emancipados recentemente, cujos objetos e lugares se encontram dispersos no território e não se constituem de forma contígua ou circunscritos aos perímetros centrais dos municípios (SCHICCHI *et al.*, 2019). Contudo, tampouco a abordagem a partir do conceito de paisagem cultural, da forma como vinha sendo entendida nas declarações da UNESCO, ou mesmo na forma de aplicação da categoria no âmbito nacional - a partir da definição de perímetros - se mostrava adequada para o entendimento dos fenômenos estudados na região.

Considerando o contexto histórico de formação territorial que se descreverá a seguir, produto de sucessivas sobreposições de períodos hegemônicos de produção e de processos contínuos de migração de populações, a principal indagação que surgiu, após a compreensão das histórias locais e de entrevistas com moradores e gestores, coincide com a preocupação de Dolff-Bonekamper (2017, p. 62):

Como podemos definir o conflito entre vínculos locais individuais e outras possíveis associações pessoais (ou, de fato, desassociações), quando reconhecemos que algumas pessoas não permanecem nos lugares e nas culturas de origem, mas escolhem se distanciar de seus “próprios” passados?

Como no caso das populações imigrantes que acorreram à região de Campinas a partir da década de 1970, em busca de trabalho e vida nova.

Conforme aponta a autora, concorda-se que, nesse contexto,

[...] a negociação dos passados não é um exercício inútil, especialmente entre vizinhos que se conhecem e apresentam experiências distintas em relação a acontecimentos similares – ou acontecimentos que talvez tenham ocorrido ao mesmo tempo, possivelmente até no mesmo lugar – e que enxergam as coisas de perspectivas diferentes (DOLFF-BONEKAMPER, 2017, p. 64).

Em outras palavras, trata-se de territórios e memórias em disputa constante e, conforme aponta Zukin, na epígrafe, é preciso enxergar mais do que a paisagem visível.

2 Paisagens da produção no interior do estado de São Paulo

A história de Campinas insere-se no cenário do interior paulista de meados do século XVIII, a partir da introdução da cultura da cana-de-açúcar, quando o núcleo possuía uma função vital para a região, a de agregador de um vasto território e articulador de um emaranhado de caminhos que conectavam várias regiões do Sudeste brasileiro, alcançando estabilidade econômica necessária à reivindicação de elevação à vila a partir desse sistema de comunicações e transportes (MATOS, 2006).

Com a riqueza oriunda do cultivo de açúcar e de seu substituto, o café, sua configuração foi se alterando, adquirindo características urbanas, chegando a ser considerada a “capital agrícola” da Província de São Paulo, em meados do século XIX. As transformações não foram apenas físicas, mas também de ordem cultural, artística, social e religiosa, inserida na ideia de progresso e modernidade que marcou muitas cidades brasileiras.

A chegada da ferrovia foi um importante marco em sua paisagem, que começava a se industrializar. Na segunda metade do século XX, chegaram a Campinas a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana (que acabou se fundindo à Estrada de Ferro Ituana em 1892), o Ramal Férreo Campineiro e a Companhia Carril Agrícola Funilense.

Resumidamente, estes foram os principais processos relacionados à produção que deram origem à região de Campinas, que ainda permanecem como marcas essenciais da formação da região metropolitana, conforme se descreverá a seguir. No século XIX, a região era o mais importante núcleo do complexo cafeeiro do Estado de São Paulo, constituindo a base para o dinamismo e a expansão de sua atividade econômica posterior, responsável pela extensão e qualidade da rede urbana, hoje conformada por

quarenta cidades de portes médio e pequeno¹.

Desde 1875, a partir da lei nº 2687, o governo imperial incentivava a modernização da produção açucareira, responsável pela criação dos Engenhos Centrais, que se especializaram no processamento industrial do açúcar, independentes das áreas de cultivo. Em 1808, havia 458 engenhos e 601 alambiques em São Paulo, sendo 60 em Campinas. Entre 1850 e 1851, a exportação de café no Porto de Santos superou a de açúcar e foi o lucro do café que passou a financiar a produção açucareira. Embora tenham funcionado num breve período, foram a base para a introdução das usinas de açúcar (MEIRA, 2007, p. 13). Os municípios onde foram implantados os engenhos centrais foram: Porto Feliz, Piracicaba, Lorena e Raffard (Figura 1).

Figura 1. Engenhos centrais do estado de São Paulo.



Nota: À esquerda, Engenho Central de Porto Feliz e à direita, o Engenho Central de Piracicaba.

Fonte: Prefeitura de Porto Feliz. Disponível em: <https://www.portofeliz.sp.gov.br/turismo>; foto de Camila Campoy, 2022.

Com a cultura do café e após a abolição da escravatura, a Secretaria da Agricultura, entre 1890 e 1910, criou núcleos coloniais em diversas áreas do estado, margeando a Central do Brasil no Vale do Paraíba, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro no centro-norte do Estado. Os núcleos foram infraestruturas importantes para a viabilização do capital da cafeicultura. O estado incentivou a vinda de imigrantes europeus para ocupar o lugar dos escravizados no plantio e colheita, que funcionavam como uma reserva de mão de obra, já que as famílias imigrantes recebiam um lote de terra para cultivo próprio. Neste sentido, a localização dos núcleos próxima às ferrovias era estratégica, pois facilitava a circulação de um grande contingente de trabalhadores para as fazendas. (PAIVA, 2012, p. 41).

Segundo Tessari e Costa (2019, p. 104), a implementação de núcleos coloniais por

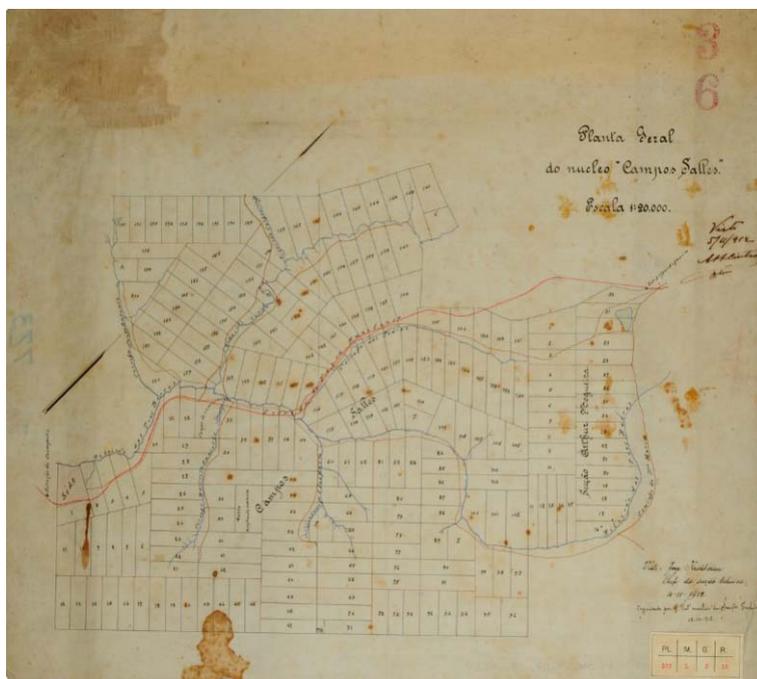
1 A Região Metropolitana de Campinas é formada por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

iniciativa do Estado ocorreu de 1829 a 1930, com o objetivo de povoamento e formação de mão de obra para a produção cafeeira. Segundo Gadelha (1982), os núcleos criados entre 1897 e 1911 foram os que mais permitiram a continuidade da acumulação de capital dos cafeicultores, já que as terras para a sua instalação foram adquiridas pelo estado ou deste em parceria com os cafeicultores. Isso possibilitava que os fazendeiros pudessem contar com mão de obra sazonal, evitando o alto custo de manutenção de empregados fixos. Para se ter uma ideia do favorecimento que os cafeicultores gozavam, a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, em 1906, pagava o transporte de ida e volta dos trabalhadores, dos núcleos coloniais para as fazendas, no período de colheita do café (GADELHA, 1982, p. 107-109).

Foram fundados 11 núcleos coloniais no Estado, sendo que na região de Campinas se implantaram os núcleos: Campos Salles, no município de Cosmópolis (Figura 2), Nova Odessa, no município de mesmo nome (Figura 3), Nova Veneza (em Sumaré), Conde de Parnaíba (Conchal), Visconde de Indaiatuba e Martinho Prado Júnior (em Mogi Mirim) (TESSARI; COSTA, 2019, p. 111).

De forma geral, todos contavam com um administrador próprio, escola, campo experimental de culturas, equipes de topografia, fiscais e, eventualmente, hospital, cemitério e uma divisão entre propriedades rurais e urbanas, ou seja, eram assentamentos autossuficientes (PAIVA, 2012, p. 41).

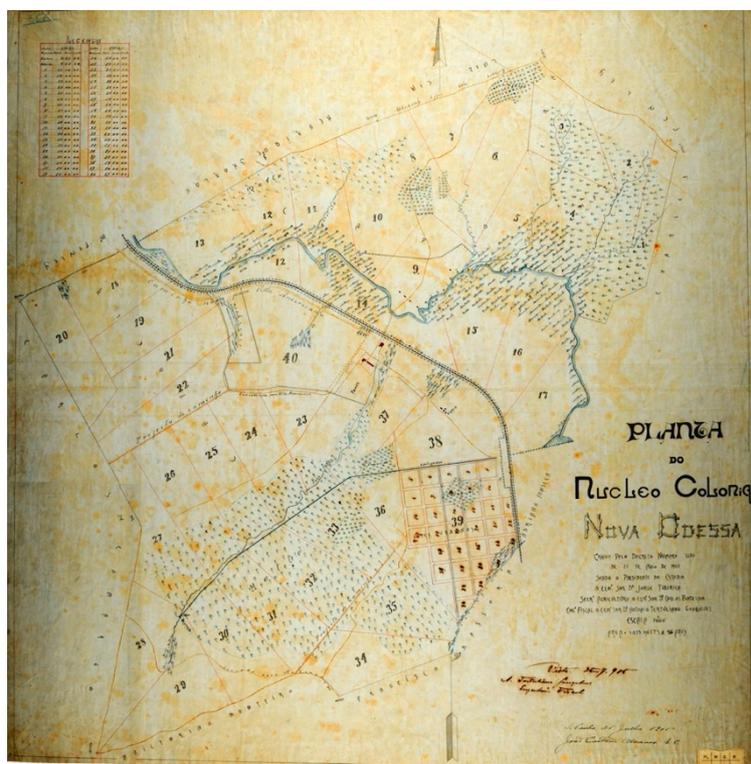
Figura 2. “Planta Geral do Núcleo Campos Salles”, de Germano Vert, 1912. Escala: 1:20.000. A linha traçada em vermelho é a da antiga Estrada de Ferro Funilense



Fonte: Acervo digital do Museu da Imigração – São Paulo.

Figura 3. “Planta do Núcleo Colonial Nova Odessa”, Eng. Fiscal Antonio Tertuliano Gonçalves, 1905. Junto ao traçado reticulado está localizada a estação ferroviária, de onde partem os trilhos que atravessam o núcleo, hoje cidade de mesmo nome.

Escala 1:5000



Fonte: Acervo digital do Museu da Imigração – São Paulo.

As usinas uniram novamente a produção agrícola e industrial no mesmo complexo produtivo, voltado para o mercado interno e não mais para o de exportação. Isso provocou várias mudanças estruturais: na economia, passando do capital agrário e comercial para o capital industrial; no território, pois a nova forma de produção exigia um constante crescimento ou incorporação de novas propriedades; do ponto de vista social, em que o sistema adotado passa a ser o de colonato. Porém, surgiram várias organizações contrárias à continuidade da política hegemônica da elite produtora – que controlava o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas - como a Sociedade Nacional de Agricultura que, em 1896, organizou conferências, congressos e convênios no âmbito nacional para tentar defender os produtores (MEIRA, 2007, p. 32).

A partir do decreto nº 2425 de janeiro de 1897, o governo passou a regular o avanço das áreas de cultivo, principalmente de uma usina sobre a outra (MEIRA, 2007, p. 116). Porém, havia uma conjunção de interesses entre o Estado e os latifundiários, na medida em que estes últimos se revezavam politicamente nos cargos públicos (PAIVA, 2012, p. 38).

Entre 1930 e 1941, houve uma intervenção estatal no setor sucroalcooleiro, com a criação do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, com o intuito de promover, regular e dar um destino para as sobras de açúcar e cana, quando a indústria alcooleira deixou

de ser apenas um subproduto da usina açucareira, além de evitar as crises de preços decorrentes das superproduções, a falta de estudos e negligência dos plantadores de cana com o desmatamento e outros processos degradantes, com a fundação dos campos de demonstração² (MEIRA, 2007, p. 64, 123).

Outro problema no período, o transporte de matéria-prima das usinas até as estações ferroviárias, foi resolvido a partir da construção de ramais particulares. Conforme descreve Picard:

As vias férreas partem da usina e se dirigem, como as patas de uma aranha, aos lugares onde se cultivam as canas. Os desvios estão dispostos nos pontos mais favoráveis para trazer as canas dos campos vizinhos. As mais longas distâncias a percorrer sobre as linhas próprias das usinas não ultrapassavam oito quilômetros (PICARD, 1996, p. 33 apud MEIRA, p. 162).

Entre 1930 e 1935, os quatro maiores grupos açucareiros de São Paulo possuíam 8 das 31 usinas do estado e eram responsáveis por dois terços da produção de açúcar³. Os usineiros de São Paulo contavam ainda com a vantagem da redução de 40% nas tarifas de frete nas ferrovias. Ou seja, monopolizavam a produção e a comercialização do açúcar a partir do binômio usina-ferrovia.

Esse processo criou a base econômica para que, a partir da década de 1950, com a implantação das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, e até o final da década de 1970, se iniciasse um segundo processo de chegada de migrantes de outros estados, quando a região se tornou um dos principais eixos de expansão do fenômeno de desconcentração das atividades industriais da capital paulista e desencadeou um importante processo de redistribuição da população para o interior, tornando as cidades de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto importantes polos de atração regional, expandindo seus dinamismos para os municípios do entorno.

A partir dos anos 1980, houve um rápido avanço da industrialização na região, tornando-a particularmente distinta de outras, uma vez que a infraestrutura para a localização industrial e agrícola já havia se consolidado, conforme aponta Baeninger:

O processo de industrialização e urbanização da Região Metropolitana de Campinas ocorreu de forma diferenciada em relação ao das principais metrópoles nacionais. As transformações geradas pelo intenso processo de interiorização da industrialização

2 Os Campos de Experiência e Demonstração foram criados pelo governo do Estado de São Paulo através da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP), a partir da criação do Serviço Agrônomo, entre 1899 e 1914 (ROMERO; ENOKIBARA, 2018).

3 Os grupos eram: Société de Sucreries Brésiliennes, Morganti, Junqueira e Matarazzo.

nos anos 70 não se restringiram ao município de Campinas, consolidando no seu entorno importante aglomeração urbana. Além do polo regional, os demais municípios também foram capazes de estabelecer uma base econômica expressiva e dinâmica, tanto industrial, quanto agrícola, configurando uma estrutura diferenciada daquela das demais regiões metropolitanas, caracterizada pela presença de um município rico cercado de municípios-dormitórios (BAENINGER, 2002, p. 326).

Hoje, as cidades estão inseridas na rede urbana mundializada, cuja estruturação incorporou outros processos (divisão do trabalho, modo de vida, valores) na produção dos espaços, com espacialidades e temporalidades divergentes daquelas estabelecidas localmente (HARVEY, 2004).

3 Vetores estruturadores do território e de memórias

A RMC, portanto, se constituiu como um território cultural não planejado, a partir de sucessivos marcos de identidade, que foram se consolidando como resposta às necessidades de vida de seus habitantes, sendo continuamente recriados por sobreposição ou substituição, resultando, muitas vezes, em abandono. Chaminés isoladas, pontes obstruídas e malconservadas, trechos de ferrovias desativadas em terrenos vazios, antigas estruturas industriais abandonadas, conformam um itinerário de ruínas e de abandono vinculado, na origem e diacronicamente, à produção agrícola. A invariante natural do território (solo, topografia, clima, localização etc.) também definiu um conjunto de características físicas que determinaram, em certo grau, a forma humana de modificá-lo, resultando na reiteração na forma de ocupar, transformar e desenvolver, ou seja, num modelo cultural contínuo (JIMÉNEZ, 2003).

O vetor 3, formado pela Usina Ester e os municípios cortados pela Funilense - Paulínia, Campinas, Cosmópolis, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Conchal - e o vetor 2, no Eixo Sudoeste/Noroeste que agrega os municípios de Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara d'Oeste, cidades de porte pequeno e médio - representativas das cidades do interior do estado, objetos deste artigo - não são os únicos que podem ser analisados a partir desta premissa, já que a região possui mais 6 vetores de ocupação e expansão (Figura 4) (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021).

Figura 4. Mapa da RMC com as divisões municipais e os vetores de crescimento e expansão. Assinalados com cor, os vetores estudados: em laranja, as cidades do vetor 3; em azul, o vetor 2; em verde, o vetor 4; e em roxo, o vetor 6



Fonte: elaboração própria, acervo da pesquisa, 2015.

Cada vetor é formado por paisagens distintas e, ao mesmo tempo, interrelacionadas pelas intervenções antrópicas, ao longo do tempo. Resultaram da sobreposição de sucessivas paisagens históricas da produção, que hoje são espaços de convergência cotidiana de pessoas e grupos - os quais reiteram constantemente as rotinas e memórias de seus antecessores, de seus vizinhos e dos que nelas se agregam constantemente - entrelaçando temporalidades distintas. A patrimonialização desses lugares é um desafio, pois deslocam-se os laços entre identidade e pertencimento. Em um contexto metropolitano - em constante transformação e formado por populações vindas de distintos países - uma pessoa ou um grupo pode pertencer a tradições diferentes e ser responsável pelo mesmo passado e, por outro lado, pode não se reconhecer em uma tradição, sem ter a possibilidade de se desligar do seu passado (POULOT, 2009, p. 238).

Assim, para se definir para quem preservar, é preciso indagar: “Quanto tempo uma pessoa precisa residir num lugar para poder dizer que pertence a ele ou, ao menos, sentir como se pertencesse? E em que momento as pessoas passam a ter o direito de interferir na construção dos passados de um local?” (DOLFF-BONEKAMPER, 2017, p. 66). E ainda, do ponto de vista da pesquisa, como estabelecer um nivelamento de valores entre populações com diferentes identidades, memórias e interesses? (SCHICCHI, 2021, p. 648).

4 Referências culturais compartilhadas

Para a identificação das referências culturais da região, partiu-se da compreensão da complexidade do território; de que as relações de identidade e os valores atribuídos aos bens são maleáveis, de natureza simbólica e afetiva; e de que os significados dos lugares, objetos, práticas sociais e memórias não devem ser atribuídos por agentes externos aos grupos, mas preexistem, pois sem o significado compartilhado não há interação, visto que “mais do que uma coleção de significados compartilhados, o senso comum decorre da partilha entre atores, de um mesmo método de produção de significados. Os significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados” (MARTINS, 2017, p. 55).

É sobre esse senso comum que se pode trabalhar heranças compartilhadas. Como define Martins (2017), “o comum é comum não porque seja banal ou mero exterior conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social”. Por tratar-se de um território caracterizado por uma diversidade cultural, houve o cuidado em não se utilizar o termo “memória coletiva” (CANDAU, 2019) para designar *a priori* o conjunto de lembranças comuns a um determinado grupo, pois, “um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado”, conforme dito; e porque interessava circunscrever o significado dessas memórias a partir da construção material e representação simbólica das relações sociais e espaciais no presente, ou seja, a partir da paisagem comum e das paisagens menores, no intuito de apreender o território em sua invisibilidade, a partir “do espaço vivenciado e dos territórios culturais”; operativamente, tratava-se de um inventário das diferenças⁴, conforme definiu Poulot (2009, p. 223-225).

O conceito de inventário das diferenças mostrou-se muito próximo dos conceitos que o IPHAN vinha trabalhando há mais de vinte anos, para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), método que consolidou uma série de discussões e experiências anteriores e que propunha a identificação dos bens culturais materiais e imateriais de forma indissociável. O método não buscava inventariar os objetos, lugares ou práticas para tombá-los, podendo utilizar o registro apenas como forma de “captar os significados atribuídos pelos moradores ao patrimônio cultural para orientar o planejamento das intervenções” (LONDRES; ARANTES; CORSINO, 2000, p. 8).

Conforme aponta-se em documento de revisão do instrumento, após 20 anos de sua aplicação:

4 Portanto, não tem relação também com o conceito de “unidades de paisagem” (QUEIROZ; QUEIROGA, 2016; MONTEZUMA, Rita C. M. *et al.*, 2014; AMORIM; OLIVEIRA, 2008), utilizado no planejamento ambiental e paisagístico que, por princípio, faz a leitura da paisagem a partir da delimitação de áreas homogêneas.

A flexibilidade do instrumento possibilitou experienciá-lo em diferentes escalas territoriais: bairros; municípios; estado; regiões delimitadas por elementos geográficos ou ambientais, como rios, serras, biomas; áreas delimitadas por processos históricos específicos; universos culturais definidos por critérios étnicos; ou lugares de práticas culturais específicas, como feiras ou mercados. Espacialidades distintas que contribuíram para conhecer identidades e modos de vida, e visibilizar a diversidade de práticas e códigos sociais que constituem a sociedade brasileira (A IDENTIFICAÇÃO, 2022, p. 57).

Portanto, os princípios teóricos preconizados pelo INRC foram os que melhor responderam à identificação, no presente, de bens culturais em localidades ou mesmo regiões (vetores) onde ainda se afirmam com força as identidades regionais ou locais, ou seja, onde “por vezes, não é um território de um só lugar que constitui o grupo, ‘mas uma memória ligada a uma sucessão de lugares de uso e habitação’, como se pode observar a respeito de lugares de memória de grupos imigrantes” (BONNEMAISON, 1981, p. 156-157, apud CANDAU, 2019, p. 158).

Neste contexto de diversidade sociocultural, em que se formaram as paisagens da produção, o desaparecimento e a recriação de referências são movimentos que podem ser entendidos como “pequenas catástrofes” que ocorrem de tempos em tempos e, portanto, “o que importa não é a escolha entre esta ou aquela representação ‘patrimonial’, mas a conjunção de alternativas como organização possível do olhar e do conhecimento” (JEUDY, 2005, p. 63).

5 Percursos de reconhecimento em campo

O trabalho de campo foi imprescindível para a percepção do objeto e ajuste do método pela equipe, visto que possibilitou aferir no território nuances dos processos anteriormente descritos. Foi realizado através da constituição de percursos previamente organizados, após a primeira imersão nas fontes citadas e elaboração de mapas georreferenciados dos locais a visitar. Os trajetos possibilitaram reconhecer diferentes momentos da formação dos territórios, independentemente das divisas municipais (Figuras 5, 6 e 7). Assim, não foram utilizadas fichas previamente elaboradas, nem informações organizadas por categoria (patrimônio religioso, ferroviário, industrial etc.). O trabalho consistiu na observação e registro do território de vários aspectos pela equipe, na interação com os agentes locais previamente identificados e contatados e na obtenção *in loco* de documentação e informação complementar (SCHICCHI, 2023).

Figura 7. Imagens dos pontos visitados em Americana. Em sentido horário: Basílica Santo Antônio de Pádua; Praça Comendador Muller e Biblioteca Municipal; calçada da Rua 30 de Julho; antiga estação ferroviária; clube do Bosque, Bairro Girassol; complexo da antiga Fábrica Carioba, no bairro homônimo



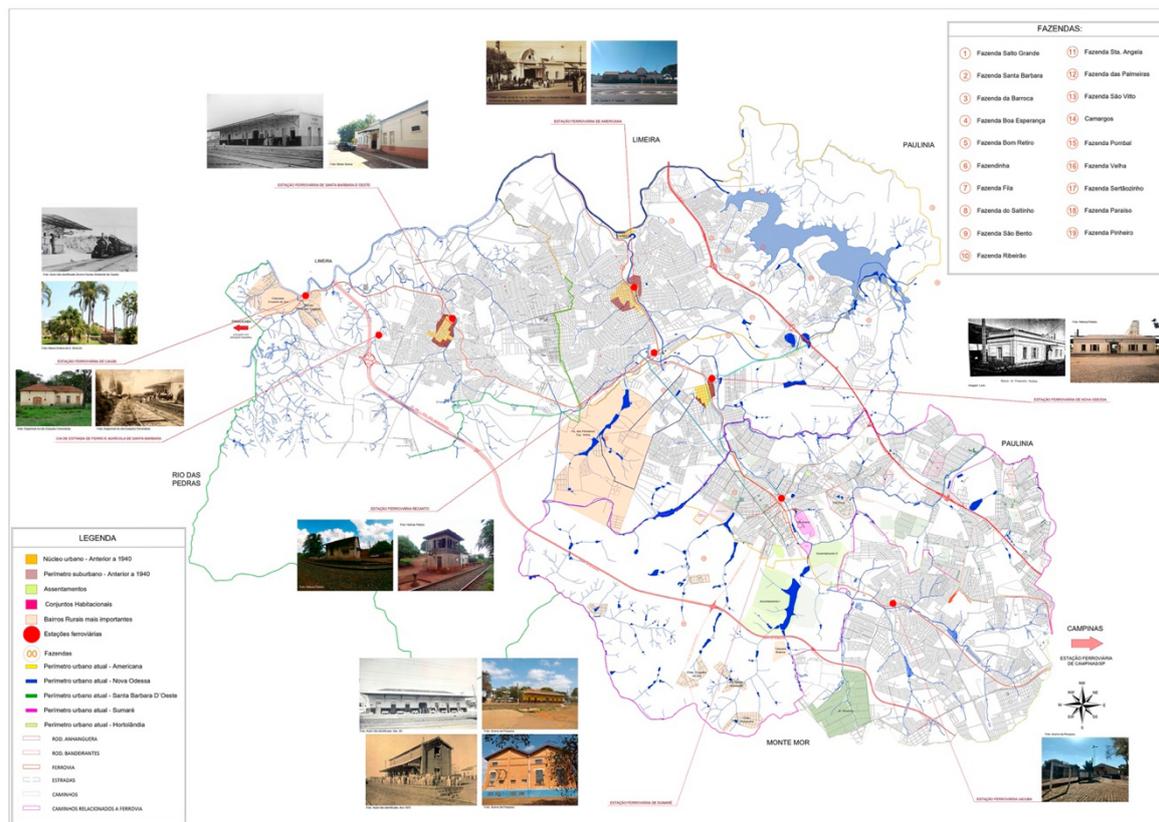
Fonte: elaboração própria, acervo da pesquisa, 2019.

A mais importante constatação foi a de que a identificação das referências culturais entre cidades era mais efetiva. Realizar novos percursos sobre o mesmo território, com diferentes trajetos, foi a forma encontrada de captar a simultaneidade e diversidade das paisagens locais que marcaram o território, numa multiplicação de leituras e releituras e, ao mesmo tempo, novas elaborações, a partir do mapeamento de dados coletados nas diversas fontes de informação existentes (textos de memorialistas e historiadores, planos urbanos e múltiplos mapeamentos: de empreendimentos públicos e privados, de áreas de preservação ambiental, de traçados ferroviários, trajetos do transporte público, estações, templos, espaços públicos, parques, complexos industriais, pesqueiros, bairros rurais etc.) (Figura 8). Experimentou-se nesse processo, o que sugere Dolff- Bonekämper (2017, p. 69) sobre a importância das topografias materiais/ sociais e da alternância de percursos como forma de reconhecimento dos processos e acontecimentos históricos:

A caminhada é importante pois é somente por meio dela, por meio da mudança constante de posição e perspectiva, que o espaço de um acontecimento pode ser experimentado em todas as suas dimensões: o procurado e o inesperado, as fachadas e as vistas posteriores, os edifícios e as pessoas, os ritmos e as coreografias da vida cívica de uma cidade. O caminho percorrido pode ser memorizado e, posteriormente, testemunhar uma jornada pessoal.

Esse mapeamento foi a base para a elaboração dos questionários para as entrevistas com 39 agentes locais, representantes de associações, coletivos, gestores municipais, educadores, pesquisadores e historiadores, cujo principal intuito foi contextualizar e confirmar as informações obtidas *in loco* em interação com a população, a partir do método de observação participante, durante a realização dos percursos.

Figura 8. Levantamento de campo. Mapa síntese com o território percorrido no Vetor 2, localização das estações ferroviárias e referências culturais no seu entorno e ao longo dos percursos realizados entre cidades



Fonte: elaboração própria, acervo da pesquisa, 2020.

Um dos mais importantes foi o que resultou do percurso ao longo do antigo traçado da Estrada de Ferro Funilense, que cruzava os municípios de Paulínia, Campinas, Cosmópolis, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Conchal, do qual não há mais vestígios. Ao ser retracado, revelou-se um forte eixo estruturador para a interpretação da ocupação do território e da formação do Vetor de Expansão 3 da RMC (Figura 9).

Embora a ocupação do território tenha ocorrido a partir de anéis concêntricos aos núcleos históricos das cidades, após a implantação das linhas ferroviárias, transformou-se em uma expansão de caráter linear radial, conformando vetores de crescimento e expansão, com grandes interstícios vazios ou áreas suburbanas e periurbanas que hoje agregam paisagens históricas da produção (SOBRINO SIMAL, 2010)⁵.

6 Vetores de expansão como unidades de interpretação

A decisão de trabalhar cada vetor do território como unidade de interpretação permitiu adotar os mesmos procedimentos para o estudo dos demais vetores, formados por um conjunto de cidades com características comuns em termos de formação e, ao mesmo tempo, singularidades importantes em termos culturais.

Nestes, algumas cidades possuem bairros e distritos que surgiram por processos de suburbanização enquanto outras apresentaram um processo de periurbanização mais intenso, distintos fenômenos de urbanização que geram formas de vida cotidiana e de significação dos lugares também distintas. Segundo Martins (2001, p. 76):

A consciência de uma realidade espacial intermediária entre a cidade e o campo, liminar e híbrida e sem sentido porque indefinida, se manifesta na categoria subúrbio e, por meio dela, na estética dos significados de um mundo feito de extremos e desencontros. Subúrbio é parte de uma concepção de vida estamentalmente ordenadora das diferenças, das desigualdades, da multiplicada variedade das formas. [...]. A noção de subúrbio sublinha o que é propriamente a urbe, a cidade, aquilo que ele não é espacialmente, mas de algum modo é economicamente.

A noção de periurbano está mais próxima da definição de periferia e, no sentido que nos aponta Martins (2001, p. 78) é o contrário de subúrbio: “A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização, é um dos fatores do atraso do próprio capitalismo. Aliás, a periferia tem trazido consigo a ruralização da cidade”, enquanto o subúrbio é “o lugar em que o passado rural de algum modo sobrevive no urbano”. Para o autor, a história do subúrbio é a história dos que ficaram à margem da História, relegados aos espaços do trabalho e, para esta “o cotidiano e a circunstância do trabalho e de quem trabalha são irrelevantes”, ou seja, “o subúrbio foi durante muito tempo, e a periferia ainda é, lugar de ausência da história escrita, isto é, da história oficial” (MARTINS, 2001, p. 82).

5 O termo foi bastante elaborado pelo pesquisador Julán Sobrino Simal e foi base para a criação de uma rede de pesquisadores ibero-americanos e ibéricos denominada Laboratório Americano das Paisagens Históricas da Produção. Para mais informações consultar o site: <https://www.redapplab.com/>

O periurbano é o território formado por zonas de transição entre a cidade e o campo, onde as atividades rurais e urbanas se misturam na disputa pelo uso do solo. Oferecendo fraca resistência à mudança, são mais propriamente espaços “produto daquilo que os cerca” (PEDRAZZINI, s.d., p. 21 apud SCHICCHI, 2020), onde as memórias, as referências culturais e as relações de identidade são bastante maleáveis, como dito, na medida em que as trajetórias de vida dos indivíduos foram construídas em mais de uma cidade na região⁶.

O fator comum presente nos mais diversos aspectos da organização social e das paisagens da produção formadas foi a constante introdução, na região, de modos de vida de imigrantes de vários países da Europa e dos Estados Unidos e migrantes de outros estados brasileiros. Esses grupos ainda permanecem enraizados em suas tradições e atrelados aos vetores estudados: os americanos se instalaram em maior número em Santa Bárbara D'Oeste e Americana, os letões em Nova Odessa, os italianos e alemães em Americana e Sumaré, os holandeses em Holambra, os suíços e alemães em Cosmópolis, todos territórios outrora pertencentes a Campinas (SCHICCHI, 2023).

Nova Odessa, Nova Veneza, Santa Bárbara D'Oeste e Americana, no vetor 2, são topônimos de cidades correspondentes na Europa e nos Estados Unidos. O termo “nova”, segundo Benedict (1991), tem o sentido de “sucessora” ou “herdeira” de algo que já desapareceu. Já, Barão Geraldo, Arthur Nogueira e Engenheiro Coelho, no vetor 3, se referem a personalidades relacionadas com a implantação da Ferrovia Funilense. Ou seja, o topônimo não só expressa a identidade do território como resguarda a sua singularidade, pois

[...] ele dá aparência de realidade concreta à representação que o leitor pode fazer dela. Os nomes das cidades, das estações de metrô, das ruas e das avenidas, dos hotéis e das estações de trem, os números dos ônibus e os edifícios são também meios evocadores que traçam a realização de um percurso, inscrevendo-o na desordem das áreas sucessivas (JEUDY, 2005, p. 91).

Nas cidades da RMC, além dos nomes associados ao passado mais presente, o calendário de atividades culturais é repleto de festas, geralmente organizadas por grupos familiares que, para fortalecer a construção de uma identidade de grupo “[...] ‘pende para os símbolos possíveis de reificação e por aqueles que acentuam a permanência da origem’: cozinha, indumentária, expressões e perfis corporais, gestualidade, ritos religiosos” (BAETA, 1995 apud CANDAU, 2019, p. 97). De fato, as principais festas são as relacionadas às produções agrícolas da região (milho, flores, mandioca, figo, uva etc.), as dedicadas à memória dos imigrantes (Festa Ligo, das Nações, Confederada etc.), ou aos santos padroeiros de cada cidade (Santo Antônio [de Posse], São João de Carioba [Americana], Sant’Ana, Santa Bárbara [d’Oeste]).

6 Esta condição foi revelada pela maioria dos moradores e representantes locais entrevistados em 2020 (SCHICCHI; ALLUCCI, 2022).

Os eventos se concentram em lugares privilegiados, “que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo” (CANDAU, 2019, p. 156) ou como define Nora (1993), que bloqueiam o trabalho de esquecimento e fixam um estado de coisas. Portanto, a leitura a partir das paisagens históricas da produção, entendidas como receptoras/agregadoras de diferentes escalas e formas de ocupação no tempo, foi potencialmente também a que melhor permitiu interpretar memórias compartilhadas.

7 Conclusão

A constatação da importância regional das referências culturais das cidades alinhadas pelos vetores de crescimento e expansão conduziu à preocupação central de sistematizar e interpretar os remanescentes, objetos e lugares de interesse, a partir das inter-relações socioculturais, para definir territorialidades, para repensar limites e continuidades urbano/rurais e antecipar parâmetros para a definição de critérios de leitura do território metropolitano que fundamentem futuras políticas de preservação regionais.

Os estudos sobre a história local foram retomados, mas de forma que ela não fosse concebida como uma área miniaturizada da História, pois “a história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História [...]” (MARTINS, 2017, p. 116).

A definição dos territórios suburbanos e periurbanos como áreas privilegiadas na pesquisa para o estudo da história local, permitiu delinear o que Fernández (2003) denominou de “periferia histórica”, que pode ser definida como o espaço onde edifícios culturais e monumentos institucionais, com uma história ligada às culturas e classes hegemônicas, estão praticamente ausentes. Também permitiu revelar que a metropolização, para além do que é visível e genérico, ao invés de tornar os lugares mais homogêneos e indistintos os torna mais arraigados e heterogêneos, embora desvinculados de seus próprios núcleos urbanos formadores.

Tanto os remanescentes ferroviários quanto os industriais e seus núcleos habitacionais estão presentes no urbano, no suburbano e no periurbano, reforçando a premissa da pesquisa de que “o fenômeno industrial [ferroviário] é um dos principais responsáveis pela produção social do espaço em nossa sociedade e a condição de reprodução de seus parâmetros”, conforme aponta Meneses (1988, p. 68, [acréscimo da autora]). Para o autor, é fundamental, portanto, entender a preservação dos espaços produtivos como “um conjunto de objetos solidamente inter-relacionados e espacialmente dependentes”, ou como se denominou, neste artigo: paisagens históricas da produção.

E ainda, conforme aponta Meneses, que os bens culturais podem ser concebidos como “emergências” no território, portanto, mais do que classificá-los pelo que parecem

ter representado ou ainda representam desde a sua função originária, cabe perguntar como a partir de sua materialidade é possível fazer emergir memórias (MENESES, 1988).

Finalmente, também se tornou evidente que para operar com os novos conceitos propostos para a valorização das paisagens históricas da produção é necessária uma revisão dos instrumentos de preservação e de planejamento regional - de forma que incluam a componente cultural em futuras políticas territoriais - uma vez que essa operação depende da forma como são identificados e interpretados os territórios e referências culturais, se respeitando ou não diferentes territorialidades, temporalidades, coerentes com suas comunidades e grupos detentores.

Agradecimentos

À FAPESP, pelo Auxílio à Pesquisa (proc. 2018/00743-7); ao CNPq, pela bolsa Produtividade em Pesquisa (proc. 305078/2020-8) e às bolsistas de treinamento técnico da FAPESP, algumas delas hoje mestres, mestrandas ou doutorandas pelo POSURB-ARQ, que auxiliaram na pesquisa de documentos, elaboração de sínteses e de mapas: Ana Laura Evangelista, Renata Ocanha Góes, Camila Piccoli Campoy, Mirian Senna Araújo, Heloisa Mina Padula e Julhia Bernardo Araújo.

Referências bibliográficas

AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 177-198, dez. 2008.

BAENINGER, R. A. População em Movimento. In: FONSECA, R.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (orgs.) *Livro Verde: Desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, IE, 2002.

BAETA, L. F.N. Mémoires migrantes. Migration et idéologie de la mémoire sociale. *Ethnologie Française*, XXV, 1, p. 43-50, 1995.

BENEDICT, A. *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del Nacionalismo*. Traducción Eduardo. L. Suárez. México: FCE, 1993. 320 p.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. *L'Espace géographique*, n. 4, p. 249-262, 1981.

CAIADO, M. C. S. & PIRES, M. C. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. da C. (org.) *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

CANDAU, J. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

DOLFF-BONEKÄMPER, G. Caminhando pelo passado dos outros. In CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KUHL, B. (Orgs.) *Patrimônio Cultural. Memória e intervenções urbanas*. São Paulo. Editora ANNABLUME/FAPESP, 2017. p. 61- 88.

FERNÁNDEZ. S. T. Vivienda y clase: la prosperidad, el suburbio histórico en el Madrid Actual. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. v. VII, n. 146 (073), 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dossiê Cidadania*. Brasil: IPHAN, 1996.

GADELHA, R. M. d'A. F. *Os Núcleos Coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: Tese (Doutorado em História), USP, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria dos Transportes Metropolitanos. PITU – Plano Integrado de Transportes Urbanos /RMC/2015. Campinas. Disponível em: http://www.stm.sp.gov.br/PITU/Pitu2015/pitu_2015_2.pdf Acesso em: 29 maio 2021.

GOVERNO FEDERAL. IPHAN. Decreto Administrativo IPHAN nº 127 de 30/04/2009. Estabelece a denominação de Paisagem Cultural Brasileira. Publicado. *Diário Oficial*, 5 maio 2009.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HATUKA. T. A obsessão com a memória: O que isso faz conosco e com as nossas cidades? In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KUHL, B. (Orgs.) *Patrimônio Cultural. Memória e inter-*

venções urbanas. São Paulo. Editora ANNABLUME/FAPESP, 2017, p. 47-61.

A IDENTIFICAÇÃO do patrimônio cultural pela lente das referências culturais: conquistas e obstáculos de um percurso / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). Brasília: IPHAN, 2022. 115 p. – (20 anos INRC; v. 1).

JEUDY, H.P. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JIMENEZ, C. J. R. *Transformaciones metropolitanas en el territorio cultural del Aljarafe Sevillano*. 2003. Tesis Doctoral (Doctorado en Ingeniería y Arquitectura) – Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2003. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/50519> Acesso em: 5 maio 2023.

LONDRES, C. L.; ARANTES, A. A.; CORSINO, C. M. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. IPHAN. Departamento de Identificação e Documentação. Brasília: IPHAN/MinC, 2000.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3ª edição. 4ª. Reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MARTINS, J. de S. Depoimento. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 42, p. 75-84, 2001.

MATOS, Odilon Nogueira. “Campinas, de freguesia à metrópole: um breve roteiro para a sua história”. In: MEDRANO, L.; GODOY, J. M. (orgs). *Campinas – visões de sua História*. Campinas: Ed. Átomo, 2006. p. 27-39.

MEIRA, R. B. *Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)*. Dissertação (mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo, 2007.

MENESES, U.B. de. Patrimônio industrial e política cultural. *Seminário Nacional de História e Energia*. 1, 1997. *Anais...* São Paulo: Eletropaulo. Departamento do Patrimônio Histórico, 2 v., 1988.

MONTEZUMA, R. C. M.; TÂNGARI, V. R.; ISIDORO, I. A.; MAGALHÃES, A. M. Unidades de paisagem como um método de análise territorial: integração de dimensões geo-biofísicas e arquitetônico-urbanísticas aplicada ao estudo de planície costeira no Rio de Janeiro. *Anais APPURBANA*. Belém: UFPA, 2014.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAIVA, O. da C. Política de Colonização em São Paulo (1890-1945) Núcleos Coloniais e Áreas de Colonização: subsídios à grande propriedade. *Sociedade em Debate*, v. 14, n. 2, p. 35-53, 2012. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/371>

PEDRAZZINI, L. Ámbitos Periurbanos (Coord.). Líneas guía paisajística para la gobernanza del territorio. In 2 PAYSSED - *El portal de los Paisajes del Mediterráneo*. Disponible en http://www.paysmed.net/upl_download/allegato_spa-13.pdf. Acceso el: 10 mayo 2021.

PICARD, J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*.

Missão de inspeção do Senhor J. Picard, engenheiro. De primeiro de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII – XXI. Do monumento aos valores.* Tradução de João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, A. N.; QUEIROGA, E. F.; Unidades de paisagem: materiais e metodologia para uma avaliação paisagística e ambiental. *Revista Paisagem e Ambiente* [online] 37, 2016.

ROMERO, L. B.; ENOKIBARA, M. Campos de Experiência e Demonstração do Estado de São Paulo. Resgate documental nos Relatórios da Secretaria da Agricultura (1899-1914). *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 6, n. 44, 2018.

SCHICCHI, M.C.S.; ARAÚJO, J. B; PADULA, H. M. Do urbano ao metropolitano: cultura, patrimônio e suas projeções no território. In: ABASCAL, E. H.; ALVIM, A. T. B.; SCHICCHI, M. C. S. (Orgs.). *Pesquisa em Urbanismo: conceitos e contextos em perspectiva. Textos Selecionados.* São Paulo: Editora Mackenzie, 2023.

SCHICCHI, MARIA CRISTINA; ALUCCI, R. R. Patrimônio cultural e cooperação regional: um caminho possível? In: *VERACIDADE.*, 1º ed. Curitiba: Editora CRV, v. 473, p. 147-176, 2022.

SCHICCHI, M. C. S. Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: Novos Aportes para sua compreensão. In *Anais Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, V. 4. Patrimônio, Escalas e Processos.* Brasília, DF, 2021. p. 634-653.

SCHICCHI, M. C. S.; CAMPOY, C.; PADULA, H.; SENNA, M.; BERNARDO, J. Urbano, suburbano, periurbano: a ferrovia e outros patrimônios culturais. In: OLIVEIRA, E. R. (Org.) *Memória ferroviária e cultura do trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar - II.1* ed. SÃO PAULO: Cultura Acadêmica, 2020. v. 2, p. 1-491. Disponível em: https://memoriaferroviaria.assis.unesp.br/wp-content/documentos/livro_v2.pdf

SCHICCHI, M. C. S.; PEREIRA, L. S. S.; EVANGELISTA, A. L; RIBEIRO, L. T. Território e cidade: Novas problemáticas para a gestão do patrimônio cultural e industrial. In: OLIVEIRA, E. R. (Org.) *Memória ferroviária e cultura do trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 293-338.

TESSARI, C.A.; COSTA, C.Z. Núcleos coloniais estatais em São Paulo: instrumentos de apoio à acumulação nas atividades econômicas dominantes no pré e no pós 1930. *História e Economia*, v. 15, n. 2, 2015.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. A (Org.). *O espaço da diferença.* Campinas, SP: Papirus, 2000.